

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



UFAM

Pró-Reitoria de
Ensino de Graduação - Proeg

Apresentação

As universidades federais precisam e têm obrigação de dar à sociedade resposta de sua atuação, seja em nível de ensino, pesquisa e/ou extensão. Mas, para isso, é necessário constante esforço da administração superior em estar atenta aos dados a fim de extrair deles indicadores que auxiliem na permanente reflexão das práticas de gestão, sobretudo, as relacionadas às políticas acadêmicas. O objetivo desta posição reflexiva é dispor de subsídios para tomada de decisões que deem à instituição o movimento necessário para afastar possibilidades de estagnação, fortalecer práticas exitosas e promover solo fértil para ideias inovadoras.

Por meio do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a Ufam assume a responsabilidade de estar constantemente revendo suas práticas gerenciais e pedagógicas, bem como as matrizes curriculares de seus cursos, reconhecendo a necessidade de manter permanente diálogo com a sociedade como forma de acompanhar as mudanças e obter insumos para, ao longo da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), realizar as revisões necessárias a fim de que o PDI corresponda às realidades local, regional e nacional no que diz respeito à construção de currículos voltados para plena capacitação profissional, social e pessoal dos graduandos.

Espera-se que o PPI, seja incorporado na academia não somente como um documento para fins de cumprimentos burocráticos, mas que contribua, efetivamente, para o processo do ensino-aprendizagem nos cursos de graduação, o fortalecimento e a inovação das ações acadêmicas, também, imbuídas na interiorização do ensino superior no Estado do Amazonas. Ressalta-se, ainda, que a concepção pedagógica e as diretrizes contidas no PPI balizam os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC's) de bacharelado, licenciatura e tecnológico, alinhando-se aos indicadores de qualidade do Ministério da Educação (MEC).

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

Configurando-se como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, que norteia as práticas acadêmicas da instituição, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, objetivos gerais e específicos, o PPI da UFAM começou a ser elaborado, preliminarmente, em 2006, tendo sua redação concluída em 2007. Posteriormente, seus conteúdos foram agregados ao PDI 2006-2015 sendo, finalmente, aprovado pela Resolução Nº 025/2011-CONSEPE. Apresentando-se como um documento orientador e de caráter projetivo, o PPI deverá passar por revisão ao longo da vigência do PDI 2016-2025, considerando os seguintes dados, conforme previstos pelo PDI:

Inserção regional

Em sua longa trajetória de educação superior no Estado do Amazonas, a UFAM consolidou-se como instituição amazônica, especialmente por meio da implementação de políticas institucionais, efetivadas por meio de suas ações de ensino, inovação tecnológica, pós-graduação, interiorização, internacionalização extensão e desenvolvimento de projetos de investigação.

Democratização da sociedade

Caminhando em direção ao fortalecimento democrático, à transparência pública e à inclusão social, em 2009 e 2010, respectivamente, a UFAM aprovou a criação da Ouvidoria Geral e adotou a gratuidade para todos os alunos dos 61 municípios do interior do Estado oriundos das escolas públicas e inscritos para concorrer ao Processo Seletivo Contínuo (PSC). Decisões, estas, importantes em direção à Universidade que se projeta.

Reinventar a Universidade Federal do Amazonas implica sua revitalização como desafio cotidiano, o que remete, indubitavelmente, ao respeito, à postura ética e ao espírito público, ancorados na luminosidade democrática e no olhar em direção a uma instituição ambientalmente responsável, que atue em favor das gerações presentes e futuras. Assim, a referência balizadora é a busca constante por uma Universidade com excelência acadêmica e compromisso social – científica e pedagogicamente

producente; socialmente ágil e comprometida, intransigentemente competente, plural, ousada e democrática.

Interiorização da Universidade

O desafio de interiorizar a Universidade Federal do Amazonas nunca foi missão fácil, sobretudo ao se considerar a sua inserção no maior estado brasileiro, as suas características geográficas, étnicas, econômicas, políticas e, por conseguinte, todas as dificuldades daí advindas. O reconhecimento de tais singularidades e a clareza da missão que a UFAM assumiu, fundamentam a convicção de que a sua interiorização foi muito mais que democratizar relações e saberes.

Indo mais além, significou possibilitar a jovens e adultos, cujos pais nunca puderam cursar uma universidade, a projeção de perspectivas antes apenas sonhadas; implicou a ampliação de visões de homem, de mundo, de sociedade, de presente e de futuro; redundou na implementação de uma nova dinâmica socioeconômica e política, não apenas para os que ingressaram na universidade, mas para a comunidade como um todo.

A convicção acima se fundamenta no entendimento de que uma Universidade Pública Federal é, e será sempre, indutora de desenvolvimento socioeconômico. Portanto, interiorizar, além de significar a concretização de sonhos, sonhados coletivamente, implicou a concretização de um direito adquirido e conquistado.

Os avanços da UFAM nesta direção foram intensificados a partir de 2005 com a implantação do Programa UFAM Multicampi – uma iniciativa do Governo Federal/MEC –, propiciando uma verdadeira ruptura entre o modelo anterior de interiorização e o modelo atual.

Enquanto o primeiro modelo permitiu o oferecimento de cursos de graduação no interior do Estado, por meio de disciplinas modulares – realizadas majoritariamente em parceria com o Poder Público Municipal, com o saldo, entre 1980 e 2005, de mais de seis mil novos profissionais –, o segundo

criou uma estrutura acadêmica própria e permanente nos municípios de Coari, Humaitá, Benjamin Constant, Itacoatiara e Parintins.

Para tanto, houve concurso público para mais de quinhentos novos servidores federais (docentes e técnico-administrativos em educação) para as cinco novas Unidades Acadêmicas permanentes implantadas. No total, foram abertos trinta e dois cursos permanentes de graduação nesses Municípios, estruturados por meio da concentração de áreas temáticas, além de novas edificações, aquisição de equipamentos e estruturação de laboratórios.

Com a implantação do Programa UFAM Multicampi, a interiorização na UFAM avançou e com ela foi reiterado o princípio da indissociabilidade entre Ensino, pesquisa e extensão e do compromisso sócio acadêmico.

Sem menosprezar as dificuldades inerentes à implantação de um programa de interiorização dessa envergadura, é possível afirmar que a cartografia da interiorização no Amazonas mudou e a comunidade da UFAM, com muita competência, vem contribuindo para positivas alterações no mapa da interiorização do Estado.

Entretanto, é necessário continuar avançando no aprimoramento deste processo, consolidando-o e ampliando-o, tendo sempre presente que há muitos desafios a serem enfrentados, como a captação e fixação de recursos humanos, por exemplo. Mais ainda: é preciso responder às demandas daqueles Municípios/Mesorregiões que, por reconhecerem o que a Universidade Federal do Amazonas representa, solicitam cada vez mais, que a sua presença se concretize de forma estável e permanente.

Figura 18: INC



Instituto de Natureza e Cultura
de Benjamin Constant – INC

Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Instituto de Saúde e
Biotecnologia de Coari – ISB

Figura 19: ISB



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Figura 20: ICET



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Instituto de Ciências Exatas e
Tecnologia de Itacoatiara – ICET

Figura 21: IEAA

Instituto de Educação,
Agricultura e Meio Ambiente
de Humaitá - IEAA



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Figura 22: ICSEZ



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Instituto de Ciências Sociais,
Educação e Zootecnia de Parintins
- ICSEZ

Contribuições em relação à educação indígena

A riqueza e a diversidade étnica do Estado são exponenciais. A UFAM desenvolve diversas ações voltadas para as comunidades indígenas desde 1992, quando foram iniciadas atividades regulares na região do Alto Rio Negro, especialmente no Município de São Gabriel da Cachoeira, com a realização do curso de Licenciatura em Filosofia. Mas, em um Estado onde existem 74 povos indígenas, as ações foram intensificadas frente às reivindicações de lideranças, associações e estudantes, por cursos específicos. Dois exemplos emblemáticos são os de São Gabriel da Cachoeira e da Licenciatura Mura.

Figura 23: Graduados da Licenciatura Indígena



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Em São Gabriel da Cachoeira, Município que é constituído por 23 povos indígenas, de cinco famílias linguísticas diferentes (Tukano Oriental, Maku, Aruak, Yanomami e Nheengatu), foi iniciado, em 2010, o projeto DabuKuri: Gestão territorial, sustentabilidade e valorização do conhecimento e de tecnologias sociais dos povos indígenas, com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

Entretanto, as discussões sobre a necessidade de implantação de uma Universidade Indígena para os Povos do Alto Rio Negro foram iniciadas

em 2004, continuando, até hoje, sendo tema de seminários e encontros realizados, conjuntamente, pela UFAM e várias organizações indígenas.

Os avanços no Alto Rio Negro já são muitos. Está em plena execução a Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, bem como a elaboração do projeto de construção do Centro Universitário Indígena do Alto Rio Negro que, por sua vez, será construído em São Gabriel da Cachoeira e viabilizado pelo Parque Científico Tecnológico para Inclusão Social (PCTIS) da UFAM, criado em 2010.

Todas essas ações sinalizam o envolvimento institucional da UFAM em direção ao fortalecimento étnico cultural desses povos, por meio de alternativas sustentáveis que contenham o êxodo indígena das comunidades e lhes permitam reverter o processo de colonização de conhecimento a que foram historicamente submetidos.

Vale destacar que todos os passos empreendidos têm como referência o princípio da valorização das territorialidades linguísticas pelas calhas de rios, de acordo com as famílias linguísticas, e o respeito à Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu, que outorgou a São Gabriel da Cachoeira a condição de primeiro Município brasileiro a ter línguas indígenas oficializadas, ao lado da língua portuguesa.

Reiterando a necessidade de um cenário de descolonização do saber, regido pela pluralidade e pelo reconhecimento da autodeterminação dos povos indígenas, o curso de Licenciatura Específica em Formação de Professores Indígenas também é emblemático. Trata-se de um curso regular/modular, com duração de cinco anos, que busca formar, em nível superior, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, professores indígenas para atuar na 2ª etapa do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas escolas indígenas, com habilitação plena nas áreas de Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e Biológicas; Letras e Artes.

Os cursos têm como eixos centrais a pesquisa, e o Projeto Pedagógico das Escolas Indígenas de cada povo são resultantes da demanda de professores indígenas, articulados pela Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), os quais buscam dar continuidade a sua formação, a

qual se entrecruza com a trajetória do Grupo de Pesquisa 'Formação do (a) educadora frente aos desafios amazônicos', vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação/UFAM, que desde 2002 desenvolve atividades de pesquisa e formação continuada, junto aos professores Mura do Município de Autazes/AM.

A região amazônica como espaço amplo para os estudos sobre as cidades, políticas territoriais, seus povos tradicionais e modos de vida

Considerando a megadiversidade biológica e a riquíssima sociodiversidade que refletem a fascinante singularidade da Amazônia, a UFAM tem uma longa e relevante história de envolvimento com tais questões. Trata-se de uma singularidade que se deixa melhor perceber, no plano da megadiversidade biológica, através de estimativas – cientificamente fundamentadas e frequentemente ampliadas por novos estudos e descobertas – como as que se seguem: 68% das florestas tropicais e 20% da água doce do planeta, 15.000 espécies vegetais conhecidas, 500 espécies de mamíferos, 500 espécies de anfíbios, 400 espécies de répteis, 3.000 espécies de peixes, 1.600 espécies de aves, até agora conhecidos e catalogados, além de centenas de milhares de espécies de insetos e incontáveis espécies de microrganismos.

No que se refere à sociodiversidade, além dos contingentes africanos, europeus e asiáticos, muitos povos indígenas, com suas culturas milenares e que sobreviveram ao processo de extinção que se abateu sobre eles, ao longo de mais de quinhentos anos, ainda representam, hoje, uma parcela extraordinariamente importante da população amazônica. Tanto que, além dos mais de 70 grupos indígenas isolados (que se estima existir, principalmente, na Amazônia brasileira), ainda sobrevivem pelo menos 62 etnias indígenas – sendo que em boa parte delas há falantes de suas línguas nativas.

Então, em nome da salvaguarda dessa complexa Amazônia, os docentes, técnicos e discentes da UFAM vêm participando e, em muitos casos,

liderando movimentos ambientalistas, em defesa dos povos indígenas e das populações tradicionais da Amazônia, conjugando a militância com uma crescente produção científica voltada para as potencialidades locais e socializada, através de centenas de projetos de Extensão anuais e semestrais.

O público alvo dos referidos projetos envolve milhares de comunitários que vêm tendo na Universidade uma parceira confiável e compromissada como reflexo do *ethos* que esta Instituição consolidou, com muitos sacrifícios e com reconhecida competência, superando grandes obstáculos ao longo de mais de um século. Portanto, a UFAM pode ser considerada uma Instituição de Ensino Superior que há muito deixou de ser apenas mais uma universidade do Amazonas para tornar-se, efetivamente, uma Universidade Amazônica.

Política de Ciência e Tecnologia e as Tecnologias Sociais para as populações tradicionais na Amazônia

Em se tratando das tecnologias sociais e das populações tradicionais, estas estão em pauta, permanentemente, na UFAM. A inserção geográfica e o reconhecimento da complexa sociobiodiversidade que a envolve são fatores determinantes para se intensificar discussões, ações de extensão e de pesquisa voltadas para as populações tradicionais.

Coerentemente com a realidade acima, a UFAM possui Políticas de Extensão e de Pesquisa, as quais sinalizam a necessidade de ação e investigação volvidas, tanto para as Tecnologias Convencionais, como para as Tecnologias Sociais. Estas últimas, por sua vez, se orientam a partir de um conjunto de diretrizes, das quais se sobressaem a necessidade do reconhecimento dos saberes tradicionais (e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico), e o incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica, propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas.

Nessa direção, várias pesquisas e ações de extensão são desenvolvidas, com financiamento externo e interno, em que se destacam inúmeros eventos que têm centralizado esta temática, como o Fórum de

Tecnologia Social da UFAM, além da participação dos Grupos de Pesquisa da Instituição.

Parece fato que uma ação responsável por consolidar o envolvimento e o reconhecimento pela UFAM em relação à relevância das Tecnologias Sociais é, sem dúvida, a aprovação, no seu Conselho Superior de Administração, do Parque Científico Tecnológico para Inclusão Social: prática de inovação articulando conhecimentos técnicos, científicos e populares na Amazônia (PCTIS).

Há que se admitir que tal conquista tornou-se um marco institucional em direção à estruturação de uma rede de pesquisa, extensão e inovação tecnológica, voltada para inclusão social com firme propósito de garantir uma política de sustentabilidade socioeconômica.

Financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, o PCTIS está direcionado para a promoção da inclusão social dos diversos segmentos que se encontra em situação de risco e de vulnerabilidade social e ambiental, além de estarem envolvidos, direta e indiretamente, na sua estrutura, o que, conseqüentemente, vem possibilitando a criação de oportunidades de acesso para o usufruto de bens e serviços sociais e adoção de práticas sustentáveis de geração de renda via Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I).

O Parque representa um significativo avanço em direção à construção de mecanismos em termos de políticas inclusivas, afirmativas de cidadania, criação de espaços de participação social, via inovação social e cultural, originária da demanda da sociedade civil organizada para enfrentar os dilemas e desafios vigentes na região.

É fato que, nessa empreitada, tal modalidade de inovação efetiva-se a partir de uma série de procedimentos inovadores que envolvem:

a) a adoção de um novo modelo de produção científica e de aplicação da tecnologia; o fomento a uma articulação e interação intersetorial e interdisciplinar na produção, no desenvolvimento e na difusão de tecnologias;

b) o fortalecimento da democracia e da soberania em diferentes níveis territoriais;

c) novas oportunidades, cultivando novas formas de cooperação; o espaço para novos significados no que tange às tecnologias em determinadas áreas e,

d) a cultura como referência, respeitando-a em seus saberes, com a valorização de seus símbolos e artefatos, tornando-a rentável, agregando-lhe valor e conduzindo seus protagonistas a patamares de melhores condições de vida, saúde e educação.

O PCTIS conta com a participação de mais de duzentos pesquisadores da UFAM capital e interior do Estado, aproximadamente quarenta parceiros, e deverá atingir, aproximadamente, oitocentas comunidades, sendo, destas, quinhentas indígenas.

Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

O Projeto Pedagógico Institucional tem como propósito indicar diretrizes que orientem o desenvolvimento da formação orgânica de profissionais no nível superior a partir de eixos estruturantes, os quais terão como sistema de referência a complexidade do cotidiano universal e nacional, articulada aos múltiplos contextos cotidianos da Amazônia. Esta perspectiva propõe a ruptura com a visão paroquial, cientificista, regionalista, localista, de apropriação, e entendimento desses contextos.

Numa região constituída de histórias e conhecimentos plurais, em que os contrastes das paisagens físicas e humanas, das representações, e dos investimentos afetivos os quais, o trabalho, a partir da formação recebida na Universidade, assume um caráter multidimensional e complexo o qual exige a incorporação, por professores e estudantes, de princípios e valores que sustentem a elaboração superior de conteúdos, métodos, formas interdisciplinares de apreensão e produção de conhecimentos, de intervenção crítica e criadora na realidade social.

A organização e desenvolvimento curricular dos cursos e programas oferecidos pela UFAM devem fundamentar-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e na perspectiva da interdisciplinaridade. Este princípio orientador da formulação e realização dos currículos deve ser incorporado aos projetos de forma que cada aluno vivencie o aprendizado da prática da pesquisa e da extensão, buscando, progressivamente, superar a seletividade que se estabelece em programas importantes, mas que limitam o acesso de parte significativa dos estudantes às atividades fins, próprias da formação universitária.

Assim, pesquisa e a extensão, desenvolvidas como princípio educativo e metas relativas à efetiva atuação dos estudantes nessas atividades, assegurando a realização de créditos exigidos para a graduação no nível superior, ensejarão a incorporação dos conhecimentos auferidos na Academia e também produzidos na prática social, inovando, atualizando e adicionando qualidade ao fazer acadêmico.

No processo de formação, o trabalho docente deve voltar-se para conduzir o aluno a desenvolver a intervenção crítica, a investigação e a pesquisa, aprendendo a transformar, dialeticamente, quantidade em qualidade. Concretamente, o aluno torna-se capaz de delimitar e investigar cientificamente um problema, utilizando métodos e procedimentos adequados para observar, registrar, construir análises e novas sínteses, através dos conhecimentos produzidos sobre o ambiente cultural, econômico, social, político e educacional em processo nos diferentes e complexos contextos cotidianos.

O ponto de partida das políticas de ensino, pesquisa e extensão, explicitadas no Projeto Pedagógico Institucional, referencia-se na identidade da própria Universidade, situada numa região caracterizada por rica diversidade social, cultural, biológica, étnica, geográfica e dos próprios ecossistemas.

A peculiaridade que a Amazônia e o Estado do Amazonas expressam pela existência de sua exuberante natureza, com uma vasta floresta tropical e bacias hidrográficas que abrigam nos seus biomas variedades de seres vivos ainda desconhecidos, coloca para a Universidade desafios ecológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e educacionais de grande relevância.

Nesse contexto, o papel da Universidade é fundamental na transformação intencional e necessária das formas, dos conteúdos, e dos métodos de intervenção social das categorias de profissionais diplomadas para atuar na região amazônica, no país e no mundo. Esta transformação requer sólida formação teórico-prática, apoiada no método da ação/reflexão/ação, como condição para que o profissional diplomado nesta Universidade, bem como os responsáveis diretos pela sua formação, os professores:

a) reconheçam e incorporem na sua prática que os acontecimentos desse cotidiano social, cultural e político influenciam, e são influenciados, pelos múltiplos contextos cotidianos (famílias, comunidades, vizinhanças, guetos, cidades, a natureza com seus ecossistemas, a cidadania, o trabalho, as mídias, entre outros), de onde emergem os cidadãos que acorrem à Universidade carregados de suas emoções construídas na família, na convivência social e no espaço cibernético;

b) reconheçam, valorizem, elaborem e reelaborem, de forma superior, novas sínteses e se apropriem dos saberes socialmente produzido, ou seja, do conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos e atitudes que, construídos pelos diferentes grupos sociais para dar conta de seus interesses, correspondem a diferentes visões de mundo. Neste sentido, o saber social que reflete o conhecimento tradicional das populações amazônicas, cuja propriedade intelectual está em constante ameaça de ser expropriada, exige, do ponto de vista ético e político, a disposição para o diálogo entre todos os interessados, com o devido cuidado no seu sentido próprio, isto é, pensar com zelo ante uma situação que exige cautela (CURY, 2005), e

c) reconheçam sua condição de intelectuais orgânicos, construindo sua autonomia intelectual, estabelecendo os meios para desenvolver tanto a sua capacidade de aprender e de aprendizagem, quanto às condições adequadas em termos de tempo e de métodos de apropriação do saber específico de sua área de conhecimento, além de sua interlocução com outros saberes e ciências que a complementem e ampliem.

Organização didático-pedagógica da instituição

Conforme estabelecem o Estatuto e o Regimento Geral da UFAM, cada curso de graduação organiza-se por meio de um Projeto Pedagógico, elaborado pelo Coordenador, em conjunto com a comunidade universitária do curso, sendo esse, conseqüentemente, submetido à aprovação, tanto do Colegiado do Curso (Art.67do Regimento Geral da UAM), quanto de instâncias superiores.

Nesse processo, cada Pró-Reitoria que assume a realização das atividades fins (de ensino, de pesquisa e pós-graduação, e de extensão) apoia, acompanha e orienta a elaboração/formulação e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, Programas e Projetos, editando normas e designando avaliadores.

A orientação segue os preceitos mandatórios da Constituição Federal/1988 da qual decorrem:

- a) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- b) as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, nas quais estão definidos o tempo mínimo de duração do curso, os Padrões de Qualidade da formação, com base na flexibilização curricular;
- c) demais regulamentos específicos da Educação Superior, como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 – Lei nº10172/2001, e
- d) normas internas da UFAM aprovadas nos Conselhos Superiores.

Além desses preceitos, é fundamental sintonizar o conteúdo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos com os temas que constituem os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos do Desenvolvimento sustentável, compromisso também assumido pelo Brasil junto com outros Países, reconhecendo que problemas de tamanha complexidade não poderão mais ser administrados, exclusivamente, dentro das fronteiras de uma única nação.

Assim, são estabelecidos mecanismos de orientação acadêmica que possibilitam aos diversos Colegiados a discussão e definição dos processos e estruturas necessários à elaboração, formulação e desenvolvimento de projetos pedagógicos condizentes com os princípios do Projeto Pedagógico Institucional e com a legislação educacional existente em nível nacional.

O Projeto Pedagógico de curso, enquanto instrumento de gestão de cada curso, deve conter as indicações de seu constante aprimoramento e atualização, de modo a acompanhar as mudanças que ocorrem, permanentemente, nas áreas de conhecimento, bem como no mundo do trabalho. Além disso, deverão ser organizados e executados com base em conteúdos que abranjam:

- a) sólida formação geral, vinculada às dimensões epistemológicas e científicas de cada área de conhecimento;
- b) articulação de teorias e práticas, sustentada pelas dimensões política e técnica, mediadas pela ética, e
- c) o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fazendo interface com os contextos cotidianos.

Cada Projeto deve ter como escopo a busca de uma formação cidadã ativa, crítica, construtiva, criativa, propositiva e reveladora de uma conscientização social, política, estética, ética.

Dessa forma, ao tomar por base as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demais orientações já referidas, deve apresentar a descrição dos aspectos relativos aos seguintes itens:

Perfil acadêmico e profissional do egresso.

Cada Projeto deve expressar o perfil do egresso de cada curso realizado na UFAM, elaborando projetos que retratem o modo de ser e indiquem uma formação profissional condizente com o campo teórico-investigativo próprio da área de conhecimento do curso, para a plena formação do cidadão contemporâneo.

Esse *ethos* configura o perfil próprio do formando para atuar de modo consequente e orgânico no mundo do trabalho como elemento ativo e criador, que se situa na *práxis* social, nos contextos mundial, nacional e regional em que a biodiversidade, as sócioidiversidades, os conhecimentos tradicionais e a sustentabilidade não podem ser ignorados, mas incorporados no sentido de fazer a experiência ética prática.

Essa condição deve estar referenciada pelas diferentes dimensões da prática social:

- a) a dimensão Política, que se refere à conscientização para uma atuação profissional consequente, crítica e propositiva, concatenada

com as transformações que ocorrem, tanto nas sociedades mundial e nacional, quanto nos contextos cotidianos locais e regionais;

b) a dimensão Ética que se constitui na educação da vontade para a formação do caráter, de atitudes e valores, fundamentados nos princípios do respeito, da tolerância, da solidariedade humana, e da responsabilidade social;

c) a dimensão Técnico-científica e Tecnológica, cujo sentido se refere ao desenvolvimento da capacidade de aprender, de incorporar conceitos e de assimilar novos conhecimentos técnicos, teóricos e tecnológicos, o que exige a participação dos sujeitos na sua permanente construção. Assim, a Pesquisa e a produção intelectual institucionalizada de conhecimentos assumem papel fundamental, tanto para o desenvolvimento do Ensino, quanto para promover a Extensão mediante os processos de organização, de difusão das conquistas e benefícios, gerados pela pesquisa científica e tecnológica, bem como a comunicação da informação dentro e fora do exercício profissional;

d) a dimensão Teórico-metodológica garante, assim, a procedência, a ética e a comparabilidade da produção científica, e

e) a dimensão da Formação Humana e Cultural que, na sua amplitude, perpassada pela literatura/poesia/cinema/psicologia/filosofia, se configura uma possibilidade real de romper com as formas, métodos e conteúdos limitadores da emancipação e da dignidade da pessoa humana; dimensão que se constitui em “ética da compreensão humana” (MORIN, 2001, p. 50), como exigência e estratégia de um projeto de educação superior orgânico às necessidades das pessoas humanas de diferentes grupos sociais.

Seleção de conteúdos.

Os cursos de graduação, programas e projetos da UFAM devem fundamentar-se nos pressupostos e objetivos da educação superior nos termos do que reza a Legislação Federal, ao apontar os seus fundamentos na direção da busca de valores e ressignificações, que sustentem políticas de

transformação como um acento cultural. Ao preservar-se o caráter nacional da formação superior, conjugado com as necessidades concretas dos contextos em que esta Universidade se situa, constrói-se a identidade própria de cada curso fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), nos princípios institucionais definidos no Estatuto e no Regimento Geral da UFAM, bem como nas diretrizes pedagógicas postas no Projeto Pedagógico Institucional.

As DCN, que assumem a flexibilidade dos conteúdos, dos métodos e das formas com a regulamentação mínima de desenvolvimento da formação em nível superior, sem o engessamento dos velhos currículos mínimos, impõem desafios à criatividade das Coordenações de Cursos como barreira a qualquer possibilidade de improvisação, descompromisso ou acobertamento da precariedade no novo contexto da flexibilização curricular.

Assim, a seleção dos conteúdos para os cursos responderem aos desafios de uma sociedade complexa, através de um trabalho educativo consistente e coerente com as necessidades e demandas concretas de diferentes grupos sociais, deve orientar-se pelos eixos de formação definida em cada área de conhecimento específico, correlacionada às ciências de referência, por processos interdisciplinares e transdisciplinares, para cada profissão, considerando os seguintes critérios e pressupostos:

- a) a flexibilização curricular como princípio necessário à definição dos conteúdos (articulados a métodos e formas), ensejando a inovação no âmbito institucional e social em termos da sua autonomia didático-científica, expressada na sua proposta pedagógica;
- b) a interlocução e convergência de cada área com os diferentes componentes curriculares inerentes às áreas de conhecimento e suas tecnologias;
- c) a especificidade das ciências próprias de cada área de conhecimento na formação sociocultural, política, ética, estética, científica, literária, filosófica, técnica e tecnológica que fundamentam

e implicam a educação, a sistemática do mundo do trabalho, a ação e a auto engajem do profissional de nível superior;

d) a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como princípio, necessidade, postura metodológica intencional e desafio de pesquisa do método de integração das ciências, como objeto intencional que deve permear os processos de transmissão/assimilação e produção/reprodução de conhecimentos e de flexibilização de conteúdo, métodos, e formas;

e) a identidade amazônica, fundamento pessoal, acadêmico e profissional, indispensável estratégia de compreensão do meio em que se está inserido;

f) a transversalidade como princípio pedagógico norteador e articulador das diferentes temáticas saberes e práticas educativas implementadoras da educação superior de qualidade;

g) a acessibilidade e ações afirmativas como direitos fundamentais humanos, e instrumentos de efetivação do princípio de igualdade no âmbito acadêmico; e

h) a Educação Interprofissional que “ocorre quando estudantes de duas ou mais profissões aprendem sobre os outros, com os outros e entre si, para possibilitar a colaboração eficaz e melhorar os resultados na saúde” (OMS, 2010, p.10).

Princípios metodológicos.

A Universidade conceituada como instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, de domínio e cultivo do saber humano, cuja principal característica é a produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (Art.52. LDBEN/1996), deve construir, coletivamente, o modelo pedagógico para inspirar o desenvolvimento da formação requerida.

O caminho a ser trilhado para construir os métodos e técnicas próprios à concretização de seu projeto de educação, isto é, as metodologias apropriadas à definição da trajetória a ser percorrida para a assimilação dos conhecimentos e conseqüente formação plena do estudante, é o do exercício da autonomia e da autogestão das atividades fins pela comunidade acadêmica. É sua a responsabilidade de partilhar essa construção que se planifica nas decisões coletivas para constituir, desenvolver e manter com qualidade a democratização do ensino, da extensão e da pesquisa.

O princípio metodológico fundamental assenta-se na autonomia didático-pedagógica de cursos e programas, mediada pelos fins gerais da educação superior e operacionalizados pelos objetivos específicos da área de conhecimento que, além da profissionalização - estar apto para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua - tem como perspectiva a formação cidadã para criação da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, bem como da autonomia intelectual.

Este princípio impõe como desafio a formação humana e profissional para o trabalho orgânico, integrador das diferentes práxis sociais como postura decorrente da ação – reflexão – ação, inerente ao processo de ensino-aprendizagem, como usos de práticas pedagógicas inovadoras.

A organização e funcionamento da Universidade como instituição pluridisciplinar se dá com a capacidade teórico-metodológica, inter e transdisciplinar, que cada área elabora para organizar e desenvolver o ensino articulado à extensão e pesquisa, construindo a unidade do conhecimento, a partir da multiplicidade de saberes, da produção científica, do compromisso social, político, técnico e ético de desenvolver no estudante a habilidade fundamental de exercer bem seu ofício.

Os princípios metodológicos assumidos pela UFAM para orientar o desenvolvimento da educação superior se estabelecem por meio de:

- a) uma amplitude que abrange além do como fazer e do como saber, os conceitos já consolidados e a instauração de novos, as relações que o professor estabelece com sua área de conhecimento, a

relação pedagógica no processo educativo, sua compreensão do mundo, seus valores, suas atitudes e sua ética profissional, como sentido que dá à sua profissão (PIMENTA, 2004);

b) uma postura metodológica fundamentada, dinâmica e historicamente, na interdisciplinaridade como princípio, como problema e como necessidade, na problematização, análise e síntese da prática social, na relação teoria-prática-ação-reflexão-ação e na validade ética do trabalho;

c) uma disposição para o diálogo com o cuidado que ele exige, ante às potencialidades dos sujeitos envolvidos no ato educativo, às determinações do objeto da formação e da realidade sensível;

d) processos inter e transdisciplinar de construção, elaboração superior, criação, recriação e difusão de saberes, e

e) conflitos e confrontos de saberes estabelecido pela e na relação universidade/sociedade/grupos sociais - professor/aluno - objeto/método.

Processos de avaliação da aprendizagem e de autoavaliação

A avaliação, concebida como processo dinâmico e dialógico, privilegia formas e métodos democráticos de sua realização no âmbito da Universidade, buscando valorizar os aspectos, predominantemente, qualitativos do processo de educação.

Essas formas e métodos, cientificamente direcionados pela visão de uma aprendizagem cidadã voltada ao desenvolvimento da aptidão de professores e estudantes para organizar o conhecimento e o próprio pensar, ensejarão as condições formativa, diagnóstica, reflexiva e emancipatória da formação humana e profissional.

Na UFAM, a avaliação abrange três momentos fundamentais e articulados entre si:

a) o primeiro diz respeito ao processo didático-pedagógico, no qual se desenvolve, concretamente, o ato de educar/ensinar/aprender/produzir conhecimentos significativos para

a transformação da realidade, respondendo aos desafios sociais. Este processo exige a participação, o compromisso e a responsabilidade dos atores envolvidos no ato de educar, ensinar e aprender, produzir/divulgar/transformar;

b) o segundo refere-se à auto avaliação de cada curso e programa em vista da singularidade de seu Projeto Pedagógico, pondo em causa valores, referências teóricas e práticas, o tempo e a organização acadêmica, com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade e do tipo da formação projetada. Exige, portanto, a participação, a responsabilidade individual e coletiva e o compromisso institucional das Coordenações Acadêmicas dos cursos, em articulação com a comunidade acadêmica no processo de autogestão, e

c) ambos os momentos são mediados pelo acompanhamento e alimentam o terceiro momento constituído pelas distintas formas sistemáticas de avaliação institucional. Exige ainda momentos de avaliação interna e externa.

Estratégias e atividades práticas

A formação de profissionais no nível superior, na sua complexidade, estabelece-se por articulações dinâmicas, históricas e múltiplas de conteúdos, estratégias, formas e métodos inseridos no contexto de programas de estudos que compõem um modelo, pelo arcabouço de sua operacionalização, no interior de cada curso na UFAM.

O que é relevante no atual modelo de formação diz respeito ao caráter do direito à educação superior pela via da profissionalização; isto é, diplomar-se na Universidade não é mais um privilégio. Implica o exercício ético das responsabilidades escolhidas e assumidas pela própria pessoa, em sintonia com as decisões de ordem qualitativa e quantitativa, legitimadas na comunidade acadêmica.

Nesse processo, o estágio obrigatório nas suas diferentes dimensões - estágio curricular supervisionado, prática de ensino ou estágio profissional - assume novo perfil, exigindo que sua gestão acadêmica e

administrativa se constitua no contexto de cada projeto pedagógico, a partir das diretrizes que sustentam sua organização e funcionamento, condicionadas às necessidades cívico-culturais e econômicas, à estrutura do mercado de trabalho das ocupações e às peculiaridades do ramo profissional ou científico de cada área geoeconômica (TRIGUEIRO, 1974).

Desse modo, cada programa de estágio, atividade essencialmente educativa e pedagógica, deverá constituir-se em instrumento de integração de experiências profissionais e aperfeiçoamento técnico e tecnológico, cultural e educativo, científico, social e ético-político, com regulamento próprio, aprovado em colegiado, incorporando:

- a) as exigências contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, específicas de cada área e na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008;
- b) finalidades, princípios e objetivos a serem atingidos;
- c) as competências, direitos e deveres do professor orientador, do supervisor de campo e dos estagiários;
- d) o processo de avaliação do desempenho do aluno estagiário;
- e) os planos de trabalho, o tipo de estágio e a respectiva carga horária estabelecida no projeto do curso;
- f) os convênios estabelecidos com instituições públicas e privadas,
- e
- g) a adoção de Termo de Compromisso e outros instrumentos julgados necessários.

O perfil traçado atualmente para a realização do estágio nos cursos oferecidos pela UFAM tem por base os fundamentos da finalidade primeira da educação superior (ver § 2º do art. 1º, art. 2º e incisos, art. 43 e incisos, da Lei nº 9.394/1996), bem como as teses apresentadas por Cury (2003), Pimenta e Lima (2004) e pelo CNE, definindo-se de acordo com sua natureza e suas especificidades.

Conforme Cury (2003), o estágio supervisionado implica:

- a) conhecer o real em situação;
- b) fazer crescer o interesse pela área;

- c) verificar se os conhecimentos adquiridos são pertinentes à área, e
- d) comparar programas de estudos face às diferentes necessidades da sociedade.

Do ponto de vista conceitual, o estágio curricular tem caráter formativo, podendo ser obrigatório ou não obrigatório, de supervisão direta ou indireta, constituindo-se parte integrante dos processos de aprendizagem teórico-prática dos Projetos Pedagógicos dos Cursos com o objetivo de desenvolver competências - conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes ao estudante, em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional de cada curso para o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Quanto às modalidades de estágio curricular, atividades práticas e práticas temos:

a) **Estágio curricular obrigatório** - é componente curricular obrigatório com supervisão nos cursos de licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de Tecnologia quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares nacionais dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos de cursos, como disciplina que integraliza a matriz curricular;

a) **Estágio curricular não obrigatório** - ocorre quando previsto ou não nos projetos pedagógico dos cursos como atividade opcional à formação profissional e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares que integralizam a matriz curricular;

b) **Atividades práticas** - são todas as atividades de natureza didático-pedagógica que têm por finalidade proporcionar o encontro do acadêmico com o ambiente profissional, permitindo constante aperfeiçoamento e atualização, podendo ser nas seguintes modalidades:

- **Prática de ensino** - é uma disciplina de caráter teórico-prático que tem por finalidade proporcionar ao aluno vivências pedagógicas em

sala de aula, notadamente, nos cursos de licenciatura, com relevância na formação do futuro profissional educador;

- **Prática de campo** - caracteriza-se como um trabalho de campo ou laboratorial, de aula prática disciplinar e/ou interdisciplinar como instrumento didático-pedagógico, na formação do profissional norteador da interpretação da realidade a ser observada, pautada em teorias, hipóteses e leis científicas decorrentes da aprendizagem dos componentes curriculares teóricos. É uma atividade vinculada a uma disciplina com carga horária definida na matriz curricular do curso e plano de ensino contido do Projeto Pedagógico do Curso.

- **Visita técnica** - são atividades que se caracterizam pela observação de procedimentos técnicos, assistenciais e/ou gerenciais que não envolvam a manipulação direta de materiais, equipamentos e atendimento a pessoas. São visitas realizadas em empresas e outras instituições ou órgãos públicos ou privados, com o acompanhamento de um ou mais professores, com o objetivo de proporcionar aos estudantes uma visão técnica com conhecimento científico da futura profissão.

Do ponto de vista da sua finalidade, é o ato educativo escolar realizado para integrar o processo de formação do aluno, futuro profissional, de modo a considerar o campo de atuação como objeto de análise, de investigação e de interpretação crítica, a partir dos nexos com as disciplinas do curso e de suas conexões com as necessidades políticas, sociais, econômicas, culturais, científicas, técnicas e tecnológicas, constituídas como suas variáveis.

Do ponto de vista de seus objetivos, visa:

a) desenvolver em cada aluno a capacidade de aprender em serviço, familiarizar-se e efetivar um processo de trabalho sob o controle e orientação de profissional mais experiente e competente, ou seja, aprender fazendo, ato pelo qual se conjugam teorias e práticas no processo metodológico ação/reflexão/ação;

b) desenvolver competências em situações de aprendizagens conduzidas pelos professores e seus co-supervisores, no ambiente

profissional, mediante o ato pedagógico de inserção dos alunos no mundo do trabalho, e

c) preparar para o trabalho produtivo o educando efetivamente matriculado e que esteja frequentando as aulas.

Do ponto de vista da gestão acadêmica e administrativa, os estágios:

a) são componentes curriculares obrigatórios do Projeto Pedagógico dos Cursos tanto de Licenciatura quanto de Bacharelado, estabelecidos como uma exigência curricular inserida no quadro de um programa de estudos imprescindível à formação profissional;

b) as práticas constituem-se estratégia pedagógica de responsabilidade da comunidade acadêmica, a qual, no exercício de sua autonomia, cabe a autogestão das atividades em conjunto com a Coordenação do Curso, visando ao questionamento, reavaliação e reestruturação curricular;

c) constituem atividade que, sendo parte do processo ensino-aprendizagem, não se confunde com emprego, com solução de problemas sociais ou instrumento da precarização das relações de trabalho e da qualidade da formação;

d) constituem atividade acadêmica, cuja organização e funcionamento devem priorizar a qualidade como garantia da excelência acadêmica na formação do indivíduo, social e politicamente engajado como cidadão e sujeito da práxis social, e

e) ato educativo escolar supervisionado regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

As Atividades Complementares na formação de Bacharéis e Licenciados

As Atividades Complementares caracterizam-se por sua importância na formação acadêmica do bacharel e do licenciado, no contexto em que uma nova visão de currículo se estabelece, tanto através da relação teoria/prática, mediada pelo método da ação/reflexão/ação, quanto da flexibilização dos conteúdos curriculares, efetivada pela autonomia institucional com sua respectiva proposta pedagógica, fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais substituem e ultrapassam os antigos currículos mínimos.

As Atividades Complementares constituem aspecto relevante das atividades acadêmico-científico-culturais que, por sua vez, traduzem modos de ser do currículo aberto à “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (ver os Art. 206, II da CF/1988 e 3º, II da LDBEN/1996).

Como expressão deste princípio, que dá base ao desenvolvimento do ensino, essas atividades devem refletir a consciência e a prática desse direito, tanto pelo educador na sua relação com o educando, quanto por este na afirmação de sua autonomia de forma concreta e sustentável, no âmbito da instituição e de cada curso.

O modo de ser das Atividades Complementares faculta ao estudante universitário o exercício da sua liberdade de organizar-se e escolher como, para que, por que e em que ocupar a carga horária destinada, na estrutura curricular de seu curso, a essas atividades acadêmico-científicas pertinentes à sua formação humana e profissional.

Nessa perspectiva instaura-se a autoridade de ambos (professor/aluno) como um valor legítimo e garantia de liberdade, estimulando no aluno sua condição de sujeito do seu processo de busca do conhecimento, aliada à competência do professor responsável pela condução do processo educativo. Cada aluno, na condição de sujeito do seu processo de busca de conhecimentos, exercita sua capacidade de relacionar teorias e práticas, práticas e teorias, mediadas pelo método processual da ação/reflexão/ação.

Esse grau de autonomia deve propiciar ao aluno, no ponto de partida, a possibilidade de compreensão descritiva/analítica/problematizadora da realidade e, no ponto de chegada, a concretização de novas sínteses da situação no mundo contemporâneo e seus desafios.

A realização dessas Atividades Complementares, previstas na estrutura curricular que compõe o Projeto Pedagógico de cada curso, deve ser referenciada nas orientações obrigatórias propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Concluídas e avaliadas, devem ser reconhecidas como legítimas e válidas pela Coordenação de cada curso, passando a compor o tempo de integralização do currículo do curso. Assim, no plano operativo, concretiza-se a finalidade de “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (ver Art.43, VI da LDBEN/1996).

Na estrutura curricular de cada curso o Projeto Pedagógico deve propor o método de integração das Atividades Complementares em termos inter e transdisciplinar, materializando o aproveitamento da diversidade de conteúdos realizados por meio de Ensino, de Pesquisa, de Produção Científica e de Extensão.

Nos termos da Resolução nº 018/2007–CEG/CONSEPE, está regulamentado, no interior das atividades fins, o conjunto de ações que ensejam o engajamento dos estudantes da graduação nas atividades complementares para aprofundar sua formação acadêmica e profissional realizando, bem como (além dessas atividades,) outras que correspondam à finalidade e às exigências da formação.

Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

Algumas experiências significativas realizadas a partir da década de 90, através da reformulação do currículo de vários cursos de graduação, possibilitaram inovações que têm promovido maior flexibilidade na organização,

operacionalização e desenvolvimento dos componentes curriculares na Universidade.

A implantação de novas unidades à luz de uma nova estrutura acadêmica que valoriza as Coordenações dos Cursos também contribui para esses avanços. Nesse sentido, podem-se observar inovações já em processo de implantação, tais como:

- a) orientação para a reformulação dos currículos sustentada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, rompendo com a visão individualista, tecnicista, instrumental de organização curricular;
- b) correção e flexibilização dos sistemas de pré-requisitos com a finalidade de dinamizar os currículos, reduzindo a retenção e, conseqüentemente, a evasão, a desistência e o absenteísmo;
- c) adequação da carga horária dos cursos às exigências da formação do aluno, fundamentada nas dimensões que constituem o perfil do egresso;
- d) articulação com a educação básica por meio da estruturação de currículos com licenciaturas duplas, prioritariamente nas áreas de Ciências e Matemática, relacionando Biologia e Química, Matemática e Física, mas também em Letras, associando Língua e Literatura Portuguesa/Espanhola/Inglesa, bem como o curso de Pedagogia que, a partir da formação para docência em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, promove a formação do gestor de sistemas escolares e não escolares;
- e) incorporação ao currículo de atividades complementares de natureza educativa, envolvendo Ensino, pesquisa e extensão, além de atividades associadas a programas de natureza acadêmica, como a Monitoria, o **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica** (PIBIC), o Programa de Educação Tutorial (PET) e o estágio não obrigatório;
- f) realização da prática de campo como atividade essencial em diversos cursos de graduação. A prática de campo é componente obrigatório de determinadas áreas e disciplinas que exige

planejamento acadêmico, pedagógico e administrativo, bem como a constituição de parcerias institucionais, mobilizando, para tanto, diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da comunidade externa, e

g) oferta de nivelamento ingressante com limitações nas disciplinas de Português Ciências e Matemática dentre outras, visando à superação dessas necessidades e a melhoria no desempenho do ensino/aprendizagem disciplinas do curso.

Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

A Universidade tem empreendido esforços no sentido de atender a novas demandas decorrentes de sua expansão, conjugada à democratização da educação superior no Estado do Amazonas. Inicialmente, na década de 1990, a grandeza da mudança na política de formação docente, trouxe como preocupação e desafio a demanda por formação inicial de professores para atuar na Educação Básica e a planificação em cursos de graduação através das Licenciaturas Plenas.

A nova cultura institucional de formação específica de docentes, incorporada pela UFAM, conduziu a ações concretas de articulação de formas de democratização do acesso à Universidade, especialmente para segmentos que atuavam sem a qualificação exigida para o exercício da profissão do magistério. Esse esforço compreende a oferta de modalidades diferentes de cursos de graduação, predominantemente licenciaturas plenas, utilizando metodologias que garantem o acesso, a permanência, a execução e a conclusão dos cursos oferecidos. Incluem-se entre essas modalidades:

- a) Sistema modular de recesso: organizado em forma de módulos, desenvolvidos no recesso escolar, tanto na capital como no interior;
- b) Sistema modular contínuo: organizado em módulos semestrais, tanto na capital como no interior;
- c) Cursos noturnos: organizados de forma tradicional, destinados a alunos trabalhadores, sem oportunidade de estudar em outro turno, oferecidos predominantemente na capital;

- d) Cursos sequenciais: organizados em diferentes formas, oferecidos para grupos específicos, tais como servidores públicos (da Universidade, da SUFRAMA, dos Municípios de Presidente Figueiredo e de Parintins) e para demandas específicas, tal como a necessidade de formar técnicos para a área de Biotecnologia;
- e) Cursos de graduação na modalidade a distância, com auxílio das novas tecnologias, abrindo oportunidades de inclusão, primeiro, do público tradicional que busca a graduação, e, também de outro público que tem dificuldades históricas de acesso a cursos na modalidade presencial;
- f) Planos de estudo implementados nas diferentes modalidades de curso, através dos quais são criadas oportunidades para uma avaliação complementar por disciplina, visando à promoção do aluno ao módulo ou período subsequentes do seu curso;
- g) Mobilidade estudantil, que possibilita a compreensão e apreensão de novas realidades vivenciais, intelectuais e acadêmicas, propiciando alternativas de aprendizagens múltiplas, encurtando distâncias e rompendo fronteiras nacionais e internacionais.

Avanços tecnológicos.

No contexto da educação superior em desenvolvimento na UFAM, empreende-se o compromisso de implementar, coletivamente, uma Política Institucional de Inovação Tecnológica e de Propriedade Intelectual.

As diretrizes dessa política articulam-se, internamente, através da Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica (PROTEC), instância coordenadora das ações e estratégias de sua implementação e desenvolvimento científico, cultural, econômico e social; e, externamente em âmbito nacional com o Ministério da Ciência e Tecnologia e em âmbito regional pela participação no Fórum de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte, cujo foco é a definição coletiva, pelas Universidades Públicas e Institutos Federais de Educação Tecnológica, de políticas acadêmicas comprometidas com a capacitação de recursos humanos, produção científica, transformação

social, formação de cidadãos e fortalecimento do Ensino Superior da Amazônia.

Esta política, aprovada e regulamentada na UFAM, deve ser incorporada pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos para responder às exigências e desafios deste século XXI, desenvolvendo o ensino, extensão, pesquisas, invenção e inovação tecnológica, imprescindíveis ao propósito de projetar a Amazônia num futuro de justiça social, igualdade de gênero, dignidade da pessoa humana e alto nível de qualidade de educação e de vida.

A criação do Parque Tecnológico para Inclusão Social: Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, com investimentos da ordem de R\$ 17.233.379, 48 do Ministério da Ciência e Tecnologia, possibilitou à UFAM desempenhar em boas condições materiais sua missão. Esse investimento fortalece sua integração, tanto aos grupos sociais de 24 municípios e 800 comunidades ribeirinhas e indígenas, quanto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, a partir da produção de conhecimentos como base do desenvolvimento científico e tecnológico, cuja função é criar e estimular o dinamismo dos grupos sociais, no sentido de abrir horizontes para um futuro sustentável com redução das desigualdades.

O Parque, por sua natureza e perspectiva de inclusão social que lhe conferem um caráter inovador e pioneiro, firma-se no propósito de fomentar a produção técnico-científica, a difusão, a socialização de saberes e permitir o intercâmbio entre diversos atores sociais que compõem a sociedade na Amazônia, em sintonia com a Missão da UFAM.

A vocação que institui o Parque Tecnológico diz respeito ao esforço da UFAM em produzir conhecimentos, buscar soluções sustentáveis que sejam efetivas e condizentes com a equidade, com a sustentação regular de resultados socialmente positivos, frente aos problemas do mundo presente e à injustiça estrutural.

O senso de responsabilidade e os horizontes éticos assumidos pela UFAM, na constituição desses avanços no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, fortalecem sua participação na luta que se trava no

mundo para realizar o desenvolvimento humano sustentável, mediante a prática de trabalhar pela solidariedade no cumprimento dos objetivos/metas do milênio:

- a) acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b) acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d) assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e) alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas;
- f) assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- g) assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível, à energia para todos;
- h) promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
- i) construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, fomentando a inovação;
- j) reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k) tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l) assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m) tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- n) conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o) proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas,

combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

p) promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e

q) fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A vinculação orgânica dos Projetos Pedagógicos dos Cursos a essas metas do milênio consubstancia-se nas dimensões indicadas no corpo do Projeto Pedagógico Institucional de compartilhar responsabilidades e participar da construção de um mundo melhor para todos, ampliando e diversificando os campos de atuação para a formação inicial e continuada de profissionais, em termos de desenvolvimento do próprio currículo para sua inserção nas atividades de estágios, atividades complementares e científico-culturais.

Atualmente, na UFAM, verificam-se avanços tecnológicos que refletem:

a) o acesso, por parte da comunidade acadêmica da graduação aos processos gestonários e pedagógicos dos cursos de bacharelado e de licenciatura. Esta frente se revela, em parte, na implantação e desenvolvimento do Sistema de Informação para o Ensino (SIE), que permite o desenvolvimento de uma ferramenta de acompanhamento, pelo aluno, da totalidade de sua vida acadêmica;

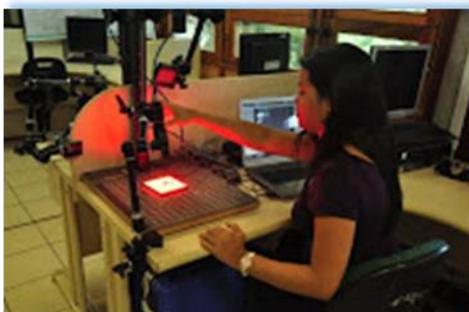
b) o acesso da população local e regional aos cursos de graduação oferecidos na modalidade à distância, implicando necessariamente a criação e utilização de novas tecnologias. São cursos coordenados, no interior da UFAM, pelo Centro de Educação a Distância (CED), que mobiliza um parque tecnológico suficiente para fazer frente às novas demandas. Este Centro explora as interfaces entre a comunicação, as tecnologias e informática, o mundo do trabalho e a educação; mantendo projetos de informatização e recursos computacionais como suporte pedagógico;

c) o acesso à formação permanente através do Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviços para a Rede Pública de Ensino (CEFORT). Este Centro, como um centro de Pesquisa, Extensão e desenvolvimento de tecnologias, volta-se para a formação de professores nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Desde 2004 compõe a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (REDE), coordenada pela Secretaria Ministerial da Educação Básica (SEB/MEC). A missão do CEFORT é desenvolver pesquisas, tecnologias e programas de formação de professores, técnicos e gestores dos sistemas de ensino público, visando efetivar o compromisso da Universidade Federal do Amazonas com o desenvolvimento e apropriação da cultura e da ciência, voltado para a elevação da qualidade da aprendizagem e da formação humana, especialmente de crianças, adolescentes e jovens, em processos educativos escolares e não escolares. Dentre os objetivos destaca-se o que se refere à concepção e desenvolvimento de mediações didáticas e tecnológicas para a formação docente (livros, vídeos, *softwares* e ambiente virtual) das redes e unidades de ensino da educação pública. Através desta REDE desenvolve os seguintes programas e projetos: Programa Nacional Escola de Gestores na Educação Básica; Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação; e Programa de Extensão 'Linguagens e Tecnologias'; Projeto de Formação Continuada de Professores e Tutores para as Redes Públicas de Ensino (PAR); Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Graduação/UFAM; e Projeto Levantamento da Situação Escolar (LSE), e

d) a criação de outros centros, tais como, Centro de Ciências do Ambiente (CCA), Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM), Sistema de Bibliotecas (SISTEBIB), TV UFAM, além do Centro de Tecnologia Eletrônica e de Informação (CETELI). Este é um centro promotor de pesquisas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à formação de recursos humanos na

Amazônia, em busca da excelência nas áreas de Tecnologia Eletrônica e de Informação, e Automação. Destaca-se o trabalho através de seus laboratórios de pesquisas diversificadas e das atividades de ensino para formação complementar de alunos da graduação vinculados ao Projeto Jovens Potenciais.

Figura 24: CETELI



Centro de Tecnologia Eletrônica
e de Informação – CETELI

Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

A consequência afirmativa e positiva do investimento e incorporação de tecnologias é a ampliação de oportunidades de acesso a grupos sociais até então aliados do direito à educação superior. As oportunidades se concretizam na oferta dos cursos de graduação em Letras-Libras para surdos-mudos, em consórcio com a Universidade Federal de Santa Catarina; graduação em Biologia e em Educação Física, pelo Programa de Licenciaturas (PROLIN), e graduação em Administração, Ciências Agrárias e Artes Plásticas, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Políticas de Ensino

A política de desenvolvimento da educação superior na UFAM, consubstanciada pela expansão articulada através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na capital e pela implantação do Projeto UFAM MULTICAMPI, com unidades acadêmicas permanentes da UFAM no interior do Estado, configura-se um esforço institucional de promover ações afirmativas que resultem na inclusão de parcelas significativas da população no processo de formação superior, fundamentando-se nos princípios de:

a) Compromisso social: considerar que a Universidade é parte integrante e atuante do contexto local, regional e global que a

determina como um bem público. Portanto, deve priorizar o atendimento às aspirações da sociedade brasileira, amazonense e amazônica, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos diversos grupos sociais, contribuindo para concretização das Metas do Milênio;

b) Interiorização: ampliar a presença de Unidades Acadêmicas no interior, como consequência política consubstanciada na Missão e na Visão centrada no desenvolvimento humano sustentável dos diferentes grupos sociais da Região Amazônica, caracterizada pela riqueza da realidade ecológica, étnica, social e cultural, cuja organização estrutural multicampi se fundamenta na interdisciplinaridade;

c) Interdisciplinaridade: concebida organicamente como troca e cooperação - estimular a interlocução das áreas de conhecimento no contexto da coexistência e da interdependência das ciências, das múltiplas realidades socioculturais, dos saberes sociais, da certeza dos limites do conhecimento, priorizando o conhecimento dinâmico e histórico da realidade, dos seus recursos materiais e potencial humano, da sua vocação eco social, com a preocupação de romper com o isolamento das disciplinas, superando a ditadura de uma única concepção científica;

d) Interinstitucional idade: reconhecer e estimular a prática da autonomia didático-científica e pedagógica frente aos interesses ideológicos e políticos, buscando a integração com as instituições/órgãos governamentais ou não governamentais atuantes na sede e nos municípios dos polos de atuação da UFAM.

O ensino de graduação é concebido na UFAM como um processo pedagógico interativo, intencional decorrente de corresponsabilidades entre educadores e estudantes, visando à aprendizagem pela construção de novos conhecimentos provenientes da articulação teoria-prática, executada por diferentes métodos, técnicas e concepções pedagógicas, constituintes do currículo como instrumento problematizador das práticas de significação e produção dos conhecimentos científicos, técnicos, artísticos e culturais, como é

o caso da Brinquedoteca da Faculdade de Educação que dispõe de um espaço que integra atividades de ensino, pesquisa e extensão, para promoção da formação de educadores a partir de experiências com jogos, brinquedos e brincadeiras.

O regime didático da UFAM estabelece planejamento e programação semestral por todos os cursos de graduação, por meio das coordenações de curso e seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), de forma a avaliar cada semestre cursado e planejar o semestre letivo subsequente envolvendo o segmento docente, discente e técnico-administrativo.

Acessibilidade e a Educação Inclusiva na Graduação

A acessibilidade e a inclusão no ensino de graduação estão fundamentadas respeitando as diferenças e as diversidades, na criação de possibilidades e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação por pessoas com deficiências, ou com mobilidades reduzidas, assegurando-as acessibilidade, permanência e condições plenas de participação no mundo acadêmico, para aprendizagem significativa, tendo por base a legislação vigente e suas diretrizes políticas e pedagógicas, considerando os diferentes tipos de acessibilidade: atitudinal; arquitetônica; pedagógica; comunicacional; digital, instrumental e metodológica.

A PROEG, por meio do Departamento de Apoio ao Ensino (DAE) orienta na organização dos currículos para que estes atendam aos princípios da inclusão social, com vistas à formação de profissionais competentes, propositivos, crítico-reflexivos e comprometidos com a cidadania.

A inclusão das pessoas com deficiência/transtorno ou dificuldades específicas de aprendizagem faz parte das Políticas de Inclusão e Permanência da UFAM, representada por Núcleos e Comissões:

- Núcleo Eu Apoio, espaço universitário de apoio ao servidor, professor e aluno com deficiência;
- Comissão Permanente de Verificação de Pessoa com Deficiência;

- Comissão Permanente de Avaliação Socioeconômica;
- Comissão de verificação de auto declaração Étnico-Racial.

Educação a Distância no Ensino de Graduação

A modalidade de Educação a Distância (EaD) tem política institucional definida e gerenciada pelo Centro de Educação a Distância (CED), alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), estando norteadas pelos referenciais de qualidade do Ministério da Educação, caracterizando como modalidade educacional mediada por tecnologias de informação e de comunicação.

Na modalidade EaD, a UFAM desenvolve ações e materiais didático-pedagógicos, objetivando a qualificação do tripé ensino, pesquisa e a extensão, por meio da produção de Material Didático para EaD – produzido pelos professores dos Cursos da modalidade EaD em parceria com o Centro de Educação a Distância (CED), contemplando a organização didático-pedagógica, os conhecimentos, as habilidades e as competências em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso, sendo o material digital disponibilizado aos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da IES na página do CED.

Internacionalização na Graduação

A internacionalização na UFAM é um processo pedagógico e formativo, que ocorrem por meio de acordos de cooperação técnica, científica e cultural, firmados entre a UFAM e instituições de ensino superior relacionadas às grandes áreas de conhecimento e seus respectivos cursos, envolvendo intercâmbios de docentes e estudantes, internacionalização de matrizes curriculares, dupla certificação e formação em línguas estrangeiras.

Política de Autoavaliação Institucional e Avaliação Externa

A política institucional de autoavaliação e de adesão à avaliação externa alinha o planejamento e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, possibilitando uma análise da evolução do desenvolvimento institucional e dos seus cursos, com base nos indicadores de qualidade, tendo em vista que esse sistema avaliativo subsidia a gestão no planejamento em conformidade com o PDI.

A autoavaliação institucional é um processo contínuo, que se constitui na avaliação interna por meio da participação dos segmentos docentes, discentes e técnico-administrativos da UFAM, considerando-se os eixos de avaliação institucional e as dimensões de avaliação de curso.

A avaliação externa integra o sistema de avaliação com verificação in loco, por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, com a finalidade de reconhecer ou renovar o reconhecimento dos cursos de graduação e recredenciar a UFAM. O Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes – Enade faz parte do processo de avaliação, com destaque para a institucionalização do projeto ENADE UFAM e da criação da Comissão Permanente ENADE em 2018.

A PROEG, desde o segundo semestre de 2017, vem desenvolvendo a gestão administrativo-financeira da pró-reitoria em articulação com as unidades acadêmicas, visando ao gerenciamento da dotação orçamentária e financeira para provimento das suas ações planejadas e programadas anualmente, visando a otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e a descentralização orçamentária.

A UFAM possibilita aos seus estudantes, para além da formação acadêmica nos cursos de graduação a participação em Programas Acadêmicos. Estes se destinam a complementar e enriquecer a formação no ensino superior, proporcionando uma formação curricular diferenciada pelas experiências e conhecimentos adquiridos através da participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades dos estudantes relativos à iniciação à docência, iniciação científica, iniciação tecnológica e inovação, extensão, cultura, monitoria e educação tutorial, são potencializados em diferentes atividades práticas e teóricas proporcionadas nestes ambientes, sob a orientação de um professor.

Políticas de Extensão

O desenvolvimento de ações de extensão no processo de formação discente e no aprimoramento técnico-científico de docentes e técnico-administrativos contribui para uma formação cidadã e para o fortalecimento de políticas públicas que atendam às reais necessidades das populações amazônicas.

Nessa direção, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) desencadeou um amplo e gradativo processo de discussão com a comunidade acadêmica sobre a necessidade de definição de diretrizes para uma Política de Extensão (Anexo A), com o intuito de reorganizar a sua atuação, bem como orientar, apoiar e acompanhar as ações extensionistas da UFAM, buscando assegurar a sua efetividade, eficácia e eficiência.

Figura 25: Programa de Extensão ‘Nossa África’



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Figura 26: Programa de Extensão ‘Pé de Pincha’



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

A Política da Extensão Universitária na Universidade Federal do Amazonas constitui-se em instrumento crucial para a consolidação da extensão como um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade (FORPROEX, 2014).

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFAM integra o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), desde a sua criação em 1987 e juntamente com outras Universidades construiu os fundamentos teóricos de sustentação do Plano Nacional de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, que embasa a Política de Extensão da UFAM. A PROEXT, além dos princípios gerais definidos pelo FORPROEX, orienta as diferentes modalidades de ações planejadas e desenvolvidas.

A concretização dessa Política de Extensão está condicionada à efetivação da tríade recurso, gestão e controle. Neste sentido, a UFAM deve destinar, de forma crescente e contínua, recursos à implementação e ampliação de suas ações de extensão, as quais seguem um trâmite institucional regulamentado que se inicia no momento de inscrição da ação proposta, passa em seguida pelas diferentes instâncias de avaliação e se desdobra na entrega dos relatórios parcial e final, e emissão dos respectivos certificados.

A efetividade e a ampliação das ações de extensão possibilitam uma formação discente mais qualificada, ratificando institucionalmente a concepção

de que a Extensão se expressa como um instrumento, real e potencial, de produção e transferência de conhecimento e de desenvolvimento socioeconômico, cultural e político, por meio do qual a Universidade reafirma seu compromisso sócio acadêmico.

As diretrizes conceituais, institucionais e políticas apresentadas a seguir, articulam as instâncias da diversidade, da complexidade, do desenvolvimento, do compromisso sócio acadêmico, da institucionalização, da regulamentação e da consolidação da Extensão universitária, somados aos avanços e desafios que lhes conferem lócus de uma das dimensões fundamentais da Universidade, ao lado da Pesquisa e do Ensino, para a efetividade e organicidade da excelência acadêmica com compromisso social.

Política de Extensão da UFAM

A Política de Extensão da UFAM está estruturada por meio da articulação de doze diretrizes conceituais, institucionais e políticas, conforme teor a seguir:

- a) Institucionalização das ações de extensão;
- b) Indissociabilidade entre as atividades de Ensino, pesquisa e extensão;
- c) Caráter interdisciplinar das ações extensionistas;
- d) Compromisso social da Universidade na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população;
- e) Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico;
- f) Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica, propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais;
- g) Financiamento majoritário da extensão como responsabilidade governamental, em caráter de complementaridade, por meio do estabelecimento de cooperação técnica e financeira junto às instituições e organismos – governamentais, não governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais;
- h) Avaliação das ações de extensão;

- i) Programa institucional de bolsas de extensão;
- j) Programa de difusão e publicação das ações extensionistas;
- k) Incentivo à flexibilização curricular;
- l) Apoio sistemático à implementação e ampliação de todas as ações extensionistas institucionalizadas.

Política de Pesquisa

A Pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica ou tecnológica.

São consideradas atividades de pesquisa as ações executadas com o objetivo de assimilar conhecimento do estado da arte de determinada área científica e de produzir conhecimento novo que contribua para o avanço desta área. Tais atividades serão desenvolvidas na Universidade, no âmbito de suas diversas Instâncias Acadêmico-Administrativas Básicas (IABs).

Os Projetos de Pesquisa na Universidade Federal do Amazonas poderão ser desenvolvidos por uma ou mais IABs podendo envolver outras instituições, através de convênios firmados, observadas sua experiência e tradição.

O acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados dos Projetos de Pesquisa, inclusive da produção científica, são da competência e responsabilidade das IABs executoras da pesquisa envolvidos na sua análise e aprovação.

A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, notadamente, através:

- a) da participação em programas de bolsas em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;
- b) da concessão de auxílio para execução de projetos específicos quando os recursos permitirem;
- c) do intercâmbio com instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores;

- d) da divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas Unidades Universitárias ou Órgãos Suplementares;
- e) da promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos;
- f) da captação de recursos para aplicação nas atividades de pesquisa;
- g) da criação de programas específicos ou da administração de programas externos;
- h) da formação de pessoal em cursos de pós-graduação na própria Universidade ou em outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, e
- i) da participação do pesquisador nos resultados econômicos da exploração da propriedade intelectual nos limites autorizados pelas normas da Universidade.

A Resolução nº 027/2008 – CONSEPE (Anexo B) institui as normas para a realização de atividade de pesquisa.

Política de Inovação

A Universidade Federal do Amazonas através da Resolução nº 009/2011-CONSUNI regulamentou a Política Institucional de Inovação Tecnológica e Proteção da Propriedade Intelectual (Anexo C).

São objetivos dessa Política, conforme descrito em seu Capítulo II – Dos Objetivos, Art. 2º:

- a) estimular e valorizar, de forma contínua e permanente, a atividade criativa na produção científica, tecnológica e artística de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo;
- b) potencializar a criação intelectual através de projetos ou atividades financeiras ou realizada em conjunto com outras instituições, entidades de apoio ou empresas, nacionais ou estrangeiras e empreendimentos econômicos solidários;
- c) promover a proteção da propriedade intelectual de modo a garantir que sua utilização gere benefícios em termos de desenvolvimento da relação universidade-empresa, de ampliação do

conhecimento, produtos e processos gerados nos centros tecnológicos, de divulgação e crédito das atividades científicas e tecnológicas da universidade e de justa recompensa financeira à UFAM e aos criadores;

d) contribuir para a criação de um ambiente favorável à geração de novo conhecimento e sua transferência para a sociedade, em consonância com a Missão da UFAM de criar e disseminar o conhecimento na ciência, tecnologia, cultura e artes;

e) dotar a UFAM de mecanismos de gestão tecnológica inovadores para maior interação com o setor produtivo, e

f) viabilizar o acesso ao desenvolvimento de novos mercados de gestão tecnológica e inovação por meio de Parques Tecnológicos vinculados à UFAM.

Política de Gestão

A gestão da UFAM fundamenta-se em seu Regimento Geral, que disciplina os aspectos de organização e funcionamento comuns aos vários órgãos e serviços da instituição. Consoante o referido documento, a administração da Universidade dar-se-á em nível superior e em nível das Unidades Acadêmicas, através de órgãos deliberativos e executivos, democratizando, assim, os processos decisórios.

A Universidade se propõe a perseguir a eficiência de processos administrativos em seus fluxos institucionais. Para tanto, constituirá e aprimorará modelos de gestão e fluxos processuais articulados com as inovações tecnológicas.

Como ente público, a UFAM buscará um aperfeiçoamento na prestação dos serviços com economia de despesas.

A eficiência na gestão dos recursos financeiros fundamentar-se-á no binômio 'qualidade nos serviços e racionalidade de gastos'. A constante avaliação institucional servirá de base para esse aperfeiçoamento.

Responsabilidade Social da Instituição de Ensino Superior

Com a missão de produzir e difundir saberes, com excelência acadêmica, nas diversas áreas do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia, a Universidade Federal do Amazonas avança nas conquistas, nas adversidades e no espírito democrático, plenamente consciente da importância de seu papel como construtora fundamental do saber coletivo.

Consolidou-se como a instituição de maior potencial de formação de recursos humanos de alto nível do Amazonas, alavancando fortemente a pesquisa científica voltada para o interesse do desenvolvimento regional, sem se descuidar do seu compromisso com o ensino de graduação, oferecendo 113 (cento e treze) cursos regulares nas diversas áreas do conhecimento acadêmico, por meio dos quais disponibiliza, anualmente, 5.518 (cinco mil quinhentos e dezoito) vagas de ingresso, por ano. Além de oferta regular, são oferecidos pela instituição cursos EaD e em Licenciatura Indígena, mediante a disponibilidade de recursos financeiros externos.

A UFAM está presente em cinco Municípios do interior do Estado, sendo: Benjamin Constant e Humaitá, cada um com 06 (seis) cursos de graduação, Coari e Parintins com 07 (sete) cursos e Itacoatiara com 9 (nove) cursos, somando um total de 35 (trinta e cinco) cursos de graduação com 1.665 (um mil seiscientos e sessenta e cinco) vagas de ingresso por ano.

Nas unidades acadêmicas de Manaus, a UFAM oferece 3.820 (três mil oitocentas e vinte) vagas anuais distribuídas em 80 (oitenta) cursos de graduação.

Na Extensão, cuja articulação indissociável entre o ensino e a pesquisa sempre esteve ligada à trajetória da Universidade, são viabilizadas atividades culturais abertas à comunidade. Atualmente vários Programas são desenvolvidos na busca do fortalecimento do vínculo entre a Universidade e a sociedade, norteados por questões sociais que as aproximem e permitam novas abordagens sobre a realidade da Amazônia.

O caminho que está levando-a a massificação com qualidade é a implementação de vários programas e projetos como: Programas de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (PAREC), Programas Institucionais de Bolsas de Extensão (PIBEX's), Programas institucionalizados, Programas MEC/SESU, Atividades Curriculares de Extensão (PACE e PACE AFIRMATIVO), Projetos de Fluxo Contínuo (Custo Restrito), Projetos de Autos sustentação e Projetos MEC/SESU, resultando em mais de mil atividades de Extensão por ano.

Com relação à pós-graduação, a UFAM continua mudando o seu perfil. Atualmente esta possui 36 (trinta e seis) programas de pós-graduação, os quais oferecem 30 cursos de Mestrado e 10 de Doutorado. Suas áreas de concentração estão voltadas para questões regionais, no campo das Ciências Humanas, Ciências da Saúde e multidisciplinares.

Para a UFAM, a interação é fundamental e, como tal, os benefícios gerados em seu meio devem ser compartilhados com a sociedade, como prediz em sua Missão ao colocar a instituição como contributiva para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Nessa mesma linha, sua visão de futuro objetiva o reconhecimento da excelência alcançada no ensino público, na produção científica e na contribuição para o desenvolvimento social.

Os objetivos estratégicos/projetos que compõem o Planejamento Estratégico da Universidade estão focados no cumprimento da responsabilidade social, prevendo ações no sentido de apoiar o desenvolvimento social e econômico da região, preservação do meio ambiente, transparência e facilitação das informações.

Política de Gestão Ambiental

Para legitimar uma postura que favoreça a promoção de ações visando o bem-estar dos públicos interno e externo, a Universidade Federal do Amazonas instituiu, através da Resolução nº 002/2012-CONSUNI, sua Política Ambiental (Anexo D).

A Política Ambiental da UFAM tem por princípios:

- a) A sustentabilidade: assegurando a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, para usufruto desta geração e das gerações futuras;
- b) A prevenção: adotando medidas capazes de prevenir, eliminar ou atenuar os efeitos negativos das intervenções no ambiente;
- c) A precaução: implementando medidas antecipadas contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados;
- d) A integração: estimulando a participação e a cooperação entre os diversos agentes sociais institucionais, empenhados e comprometidos com a questão ambiental;
- e) A interação: possibilitando ações de educação ambiental com envolvimento da sociedade, especialmente das populações circunvizinhas, de modo a torná-las parceiras na proteção ambiental;
- f) O acesso livre e irrestrito às informações: disponibilizando/compartilhando a toda comunidade as informações das atividades desenvolvidas e os riscos decorrentes e seus resultados.



UFAM



PROEG